

ACERVO DOCUMENTAL DO CURSO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (1931-1960) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES): fragilidades e possibilidades de usos

Yael Machado da Silva¹
Tiago Braga da Silva²

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo refletir, a partir do acervo documental do Curso Especial de Educação Física da Escola Superior de Educação Física (1931-1960) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sobre o uso dos arquivos das instituições escolares como fonte de pesquisa em educação. Considera-se que convenientemente interrogados, os arquivos são insubstituíveis para uma tentativa de reconstituição histórica das várias dimensões da educação. Os arquivos são entendidos como uma construção social que representam um aporte importante para a compreensão do passado, reconhecimento da identidade coletiva e individual e para a produção de conhecimento. Conclui-se que o documento armazenado nos arquivos das instituições escolares é patrimônio cultural portador de referência à identidade, que precisa ser contemplado nas políticas públicas, em especial na política nacional de arquivo e nas políticas educacionais.

Palavras-chave: Arquivo escolar; Pesquisa; Documentos de arquivo.

PHYSICAL EDUCATION SPECIAL COURSE OF THE COLLEGE OF PHYSICAL EDUCATION (1931-1960) OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF ESPIRITO SANTO (UFES) ARCHIVAL COLLECTION: weaknesses and possibilities of uses

ABSTRACT: This article aims to reflect on the use of the archives of educational institutions as a research source in education. The *corpus* is the archival collection of the physical education special course of the college of physical education (1931-1960) of the Federal University of Espírito Santo (UFES). The analysis considered that if the bibliography is properly investigated, the archives turn to be an important source for historical reconstruction of the various dimensions of education. The archives are understood as a social construct, representing an important contribution to understand the past, to recognize the communal and individual identities and the production of knowledge. It was concluded that the document stored in school institutions archives is a cultural heritage, bearer of references to the identity, and it has to be protected by public policies, especially in the national archiving and educational policies.

Keywords: School archives; Research; Archival documents.

¹ Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

² Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: tiagobragadasilva@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sociedade pós-industrial caracteriza-se pela produção de grande quantidade de informação, impulsionado pelo desenvolvimento e barateamento dos equipamentos informáticos, tendo como consequência uma explosão informacional. Contudo, essa informação gerada de forma rápida também se torna obsoleta e inutilizada em fração de segundos.

Nos dias atuais há um descaso em relação à memória, os registros do passado não estão sendo tratados como deveriam. Terdiman apud Silva (1999, p. 54) afirma que estamos vivendo uma verdadeira crise da memória na sociedade ocidental, os documentos de arquivos que são utilizados para pesquisa em diversas áreas do conhecimento, não estão sendo privilegiados nos contextos políticos, caracterizando, assim, uma perda lastimável para os pesquisadores, dificultando as pesquisas pela falta de organização e preservação desse material, e também para a sociedade, impossibilitando o reconhecimento da identidade e da memória coletiva.

No Brasil, a constituição de 1988 em seu Art. 216 considera o documento como patrimônio cultural portador de referência à identidade e em seu parágrafo 1º afirma que o:

[...] poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

A preservação dos documentos de arquivo, itens que remetem ao passado, é de suma importância para uma sociedade, visto que, é a partir do acesso aos documentos que será possível compreender o passado e pensar o futuro. Lodolini apud Rousseau (1998, p. 49) registra essa prática nas civilizações pré-clássicas, afirmando que

Desde a mais alta Antiguidade que o homem sentiu a necessidade de conservar a sua própria <<memória>>, primeiro sob forma oral, depois sob forma de graffiti e de desenhos e, finalmente, graças a um sistema codificado, isto é, com símbolos gráficos correspondente a sílabas ou a letras. A memória assim registrada e conservada constituiu ainda a base de toda e qualquer actividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos. A própria vida não existiria, pelo menos sob as formas que conhecemos se não houvesse o ADN, isto é, a memória genética registrada nos <<arquivos>> primordiais.

Contudo, em pleno século XXI, o Brasil ainda carece de políticas públicas mais eficientes acerca da gestão de documentos. O presente e o futuro podem estar comprometidos quando os registros arquivísticos de valor secundário não são preservados e disponibilizados, dificultando ou até mesmo impedindo a consulta, para o pleno conhecimento e estudo da história.

Os arquivos formados por documentos resultantes da atividade educacional, independente da sua esfera de atuação (infantil, fundamental, médio e universitário) são fontes primárias de valor imensurável para a sociedade, por se constituírem em instrumentos de informação e prova, conservando os registros das ações das políticas educacionais, informações acerca do funcionamento das instituições educacionais, dos estudantes, das práticas educativas, bem como dos diferentes aspectos do processo de ensinar e aprender. Ragazzini (2001, p. 25-26) afirma que:

[...] é de grande importância o desenvolvimento de uma consciência e de uma prática documentária de individualização, catalogação e conservação dos documentos. As novas identidades da História da Educação foram muito discutidas, assim como as possibilidades de uma aproximação inovadora com a história da escola, contudo, enquanto permanecemos sem uma prática de documentação adequada, permaneceremos no âmbito das discussões acadêmicas ou do pioneirismo. Uma historiografia mais sofisticada requer uma inovação no uso das fontes e isto não será possível sem uma nova prática de pesquisa, uma nova prática arquivista e uma nova sensibilidade documentária.

Assim sendo, a presente pesquisa teve como objetivo refletir sobre o uso dos arquivos escolares como fonte de pesquisa, a partir do acervo documental do Centro de Educação Física e Desportos, referente ao Curso Especial de Educação Física, criado pelo decreto nº 1.366, de 26 de junho de 1931, e da Escola Superior de Educação Física, criada pela Lei nº 98, de 24 de setembro de 1936, que veio a integrar a estrutura de ensino da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), quando de sua criação, consumada pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961 (BORG, 2014, p. 24 e 37).

2 GESTÃO DE DOCUMENTOS

Observa-se que o arquivo desde tempos mais remotos já era identificado como importante para a sociedade. Ele se configura como uma fonte primária para o estudo da história, para a comprovação de direitos, entre outras finalidades. O arquivo pode ser definido, conforme o Dicionário de Terminologia Arquivística, como sendo “Conjunto de

documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 19).

Podemos considerar o arquivo como o resultado das ações do homem, seja na vida profissional ou na vida familiar, seja coletiva ou individualmente, como uma construção social. O arquivo tem como elementos essenciais para a sua definição, fatores de natureza abstrata (SCHELLENBERG, 2005, p. 37). O primeiro elemento essencial está ligado à razão de sua criação. Os documentos que compõem o arquivo são produzidos ou recebidos por uma instituição a partir de sua criação e organização, e no desempenho de suas atividades, são partes da rotina do órgão no cumprimento de uma finalidade que pode ser de cunho administrativo, de negócio, financeiro, legal ou outro fim social.

O segundo elemento essencial diz respeito aos valores pelos quais um arquivo é preservado: o valor primário, imediato, que motivou a produção dos documentos; e o valor secundário, definido quando os documentos são julgados de valor para um público e um tempo para além de seus criadores, por razões políticas, legais, sociais ou culturais; e compõem este último o valor probatório e o valor informativo, que não se excluem mutuamente (SCHELLENBERG, 2005, p. 180-182).

O valor probatório é atribuído aos documentos que provam a existência e as atividades realizadas pela entidade que os produziu ou acumulou. O valor informativo está relacionado ao conteúdo e outros elementos do documento que contêm informação não apenas sobre a ação que levou à sua criação, mas sobre pessoas, situações, eventos, locais, condições, problemas, objetos, materiais, bens e propriedades, “úteis para o estudo de uma variedade de assuntos” (SCHELLENBERG, 2005, p.181). A documentação de valor secundário é produzida por todas as instituições, seja a esfera pública ou privada.

As instituições de ensino promovem o desenvolvimento do aluno através de suas ações. Contribuem para o crescimento do indivíduo e também para o crescimento do estado. A Constituição Brasileira em seu Art. 211 afirma que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, organizarão em regime de colaboração, seus sistemas de ensino.

Essas instituições produzem documentos no curso de suas atividades, seus arquivos possuem documentos de alunos, do funcionamento da escola, das atividades pedagógicas, do planejamento, dos projetos educativos dentre outros. São documentos de grande relevância para sociedade, pois constituem uma fonte essencial para o pesquisador.

No início do século XX foram criadas as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, e até a promulgação da Lei de Arquivos em 1991 (Lei nº 8.159) eram ao todo 38

universidades que ao longo do tempo cresceram e ampliaram sua oferta de cursos, seu número de docentes e discentes. Venâncio afirma que isso causou um grande acúmulo de massas documentais sem o tratamento arquivístico necessário à sua preservação (2012, p. 41).

[...] Nos dias atuais, de forma semelhante a várias instituições públicas brasileiras, os arquivos das IFES se encontram em graus variados de organização. Há numerosos casos de completo abandono, em que funcionários sem treinamento eliminam aleatoriamente séries documentais e/ou promovem o acúmulo de massas documentais em depósitos inapropriados. Também há situações em que se aplicam os procedimentos recomendados ou ao menos se procede a alguma ordenação da documentação, principalmente no que diz respeito à sua fase corrente.

Essa realidade reflete a falta de uma Política Nacional de Arquivo. Por força da Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu Art. 26 foi criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que tem como objetivo definir a política nacional de arquivos. Que por meio de suas câmaras técnicas apresentam orientações acerca da gestão de documentos públicos.

Percebe-se que a lei é clara quando chancela o CONARQ como o ator principal na definição da política nacional de arquivos, no entanto, com 12 anos de existência e com mais de 40 plenárias, o CONARQ, nunca contemplou em suas discussões o tema da política nacional de arquivo (JARDIM, 2010, p.10).

A tentativa de sistematização dos arquivos universitários, segundo Bottino (2012, p. 23) é mais recente ainda.

Há vinte anos, foi realizado o I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, [...]. Esse seminário foi um marco na história dos arquivos universitários no Brasil, ocasião em que passam a ser tratados como área especializada da Arquivologia, fazendo emergir sua importante missão de contribuir para o desenvolvimento das instituições de ensino superior, subsidiando suas ações administrativas; pedagógicas, no âmbito da pesquisa, ensino e extensão; culturais e sociais, para a consecução dos objetivos institucionais.

Bottino (2012, p. 25) levanta vários questionamentos: se as diversas instituições de ensino superior brasileiras, públicas e privadas, possuem arquivos oficialmente instituídos; se existe estudo e mapeamento para se conhecer a realidade atual dessas instituições; se as universidades têm participado da discussão “em torno do Código de Classificação e da Tabela de Temporalidade de suas atividades-fim”; se as 16 IFES que oferecem o curso de graduação

em Arquivologia têm seus arquivos sistematizados cumprindo eficientemente a missão para a qual foram criados.

Entre essas IFES está a Universidade Federal do Espírito Santo. Seu curso de graduação em Arquivologia teve início em 2000, mas somente em 2008 é oficialmente instituído o seu Sistema de Arquivos.

3 ARQUIVO DA UFES

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é uma instituição autárquica vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Por ocasião de sua criação, pela Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, assinada pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a UFES oferecia nove cursos de graduação (BORGGO, 2014, p. 36). Hoje possui 99 cursos de graduação, 52 cursos de mestrado, 22 cursos de doutorado e 750 programas de extensão (UFES, 2014, p. 94), e cerca de 600 projetos na área científica e tecnológica em andamento, distribuídos por seus 4 campi universitários – em Goiabeiras e Maruípe, na capital; nos municípios de Alegre, no sul do Estado; e em São Mateus, no norte capixaba. Congrega atualmente 1.700 professores, 2.200 servidores técnico-administrativo e 19.000 estudantes nos cursos de graduação presencial, além dos atendidos pelos cursos de graduação à distância, e os alunos de pós-graduação. Sua sede administrativa central está localizada no campus de Goiabeiras.

A UFES iniciou uma reestruturação organizacional, com base na Resolução nº 08/2014, aprovada em 10 de abril de 2014, sua organização administrativa ficará composta por 3 conselhos superiores, Reitoria, 7 pró-reitorias, 3 secretarias, 1 superintendência, 5 órgãos suplementares, 10 centros, 62 departamentos, 85 colegiados e 50 programas de pós-graduação.

É missão do arquivo fazer a gestão de toda a massa documental de todos os setores da universidade – a documentação que está sendo produzida e a massa documental acumulada desde a década de 1930, quando surgiram as primeiras faculdades do estado do Espírito Santo, que mais tarde vieram a compor a UFES.

O Sistema de Arquivos da UFES (SIARQ-UFES) foi oficialmente instituído em 14 de novembro de 2008, através da Resolução nº 33/2008 do Conselho Universitário

Art. 1º O Sistema de Arquivos da Universidade Federal do Espírito Santo (SIARQ-UFES) compreende o Arquivo Central (Arquivos Intermediário e Permanente) e o Serviço de Protocolo Geral (SERPROG), vinculados administrativamente à Pró-reitoria de Administração (PROAD); e os

Arquivos Setoriais Correntes e Especializados vinculados administrativamente às unidades universitárias em que estão fisicamente localizados.

Foram também instituídos como instrumentos técnicos da Gestão Documental da UFES, em 23 de maio de 2013, através da Resolução nº 39/2013 do Conselho Universitário, o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade das Atividades-meio da Administração Pública, do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq); e o Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos das Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior, do Arquivo Nacional.

O mesmo cenário descrito por Venâncio (2012, p. 41), é o que ocorre na Universidade Federal do Espírito Santo. Seus arquivos encontram-se em graus variados de organização. Vários documentos se perderam por falta de tratamento arquivístico, ou foram eliminados aleatoriamente; há documentos acumulados em depósitos inapropriados; e há os que passaram por alguns procedimentos recomendados, por alguma ordenação, pelo menos em sua fase corrente. Essa realidade pode ser observada no acervo do curso especial de educação física da UFES.

4 ACERVO DOCUMENTAL DO CURSO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 1931-1960

A Escola Superior de Educação Física do estado do Espírito Santo é a mais antiga escola civil do Brasil, foi criada em 24 de setembro de 1936, pela Lei nº 98 (BORGIO, 2014, p. 37). Antes dela existia o Curso Especial de Educação Física, criado pelo decreto nº 1.366, de 26 de junho de 1931.

Os cursos de Educação Física eram ministrados no Estádio de Zinco até o início de 1936, e depois no Estádio Governador Bley, inaugurado em maio daquele ano, o terceiro maior do Brasil à época. Mas a direção e a secretaria dos cursos, onde certamente ficavam arquivados os documentos, tinham suas instalações na Escola Normal D. Pedro II, que também abrigava a sede do Departamento de Educação Física do Estado do Espírito Santo (Ata da 1ª Reunião do Conselho de Instrutores e Professores do Curso Especial de E.F., 1932, f. 1).

O Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) – um dos oito centros da Universidade Federal do Espírito Santo quando de sua criação em 30 de janeiro de 1961, pela lei nº 3.868 – foi trazido em 1968 para as recém-construídas instalações do campus de

Goiabeiras; e provavelmente, a partir dessa data, foi também transferida toda a documentação produzida e recebida até então.

O acervo documental do Centro de Educação física refere-se ao período de 1931 a 1960, está em uma sala preparada para funcionar como arquivo, contendo mobiliário, materiais de arquivo e condicionadores de ar. É composta de 25 caixas de arquivo com dossiês de alunos, 12 caixas de arquivo com vários tipos de documentos, 25 livros (ou documentos encadernados), perfazendo um total de 5,60 metros lineares. Encontra-se no arquivo aproximadamente 70 tipos de documentos desse período, listado a seguir: Livro de registro do movimento do gabinete médico, Livro de atas, Livro de Resumo das atividades do departamento médico, Livro da vida funcional do aluno, Portaria Comunicado, Correspondência oficial, Prestação de contas, Livro caixa, Termo de acordo, Edital, Carta convite, Diário oficial (recortes), Orçamento, Planta (projeto da Escola de E.F. em Vitória), Lista de Professores, Ofício circular, Diário do departamento médico, Programa semanal de aulas, Programa de ensino geral e prático, Livro de matrícula de funcionários (apoio administrativo e professores), Folha de exercício do pessoal docente e administrativo, Lista de classificação de candidatos a bolsistas, Livro de Ponto, Relatório de despesas, Relatório de período letivo, Apostila, Regulamento de curso, Boletim diário, Decreto, Resolução, Relação das faltas e notas dos testes, Mapa individual de notas, Mapa nominal com resultado de prova parcial, Resultado de exame de 2ª época, Programa de disciplina, Livro de matrícula, Pontos para exames, Plano de ensino, Boletim de provas, Boletim de exames, Boletim de médias, Boletim de resultado final, Boletim de frequência, Quadro de graus finais de aprovação e classificação, Dossiê de aluno; este último contém Histórico escolar, Ficha para exames, ficha de controle de exercício, Requerimento, Telegrama, Foto (3x4), Resultado de exame laboratorial, Atestado de saúde, Atestado de imunização, Atestado médico, Certidão de boa conduta, Certidão de idoneidade moral, Certidão de residência, Atestado de exercício como professor, Ficha médico-desportiva, Ata de inspeção médica, Ficha de morfo-fisiologia, Certificado do curso ginásial, Certificado do curso colegial, Resultado de exame de tuberculose, Ficha de exame clínico, Ficha médica provisória, Eletrocardiograma, Trabalho de final de curso.

O estado de conservação dos documentos do arquivo do CEFD é ruim: papéis de qualidades e dimensões variadas, deteriorados – com fibras enfraquecidas, alguns apresentam umidade, muitos estão amarelados, outros ressecados e quebradiços – há papéis dobrados, amassados, com as bordas danificadas ou rasgados; o material do acondicionamento é de qualidade ruim e imprópria para a conservação dos documentos, contribuindo para a

deterioração dos papéis e causando manchas – alguns livros estão deformados pela umidade, outros estão com folhas e/ou capa e/ou lombada se soltando; há ferrugem em muitos documentos pela presença de metais (clips, grampos, alfinetes, bailarinas, presilhas com trilhos) – alguns documentos sofreram tal deterioração pelo contato com o metal que escureceram e quebram-se pelo simples toque; em alguns documentos observa-se deterioração pelo uso de durex ou cola; há documentos textuais e fotografias desbotados ou esmaecidos; detecta-se a presença ou a passagem de insetos (traças, baratas, formigas) e aranhas, por seus restos mortais ou detritos; há muita poeira; os documentos também estão infestados por fungos, apresentando manchas variadas (em dimensão, cor e intensidade) e cheiro forte.

5 POSSIBILIDADES DE USOS DO ACERVO DO CURSO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DA ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 1931 A 1960

O arquivo não tem um fim em si mesmo, mas visa atender à necessidade dos seus usuários – o produtor dos documentos e a sociedade – necessidade de registro e difusão de dados e informações sobre a vida, as atividades, de uma pessoa ou instituição.

Schellenberg (2005, p. 345) coloca que “A finalidade de todo o trabalho de arquivo é preservar os documentos de valor e torna-los acessíveis à consulta”. As atividades de classificar os documentos de arquivo, estabelecer prazos de guarda, higienizar, restaurar, acondicionar, armazenar num ambiente e de forma apropriada, elaborar e disseminar normas e práticas para manipulação e consulta aos documentos, construir instrumentos de pesquisa, adquirir e criar recursos que facilitem o acesso e divulguem o acervo – têm o objetivo de preservar os documentos para que estejam à disposição dos usuários.

Por que os arquivos como fonte de pesquisa? Eis uma questão emblemática e instigante. Nunes e Carvalho (1993, p. 26), numa perspectiva para a pesquisa em história da educação, respondem a questão afirmando que

[...] Não só porque é com relação a eles que o problema das fontes é mais complexo, mas também por que contêm informações inestimáveis (muitas vezes inéditas!), necessárias ao cotejo e crítica de informações provenientes de outras fontes e da própria historiografia educacional já produzida.

As mesmas autoras, afirmam que sem a pesquisa arquivística

[...] essa historiografia, no limite, inexistente. Sucumbe ao risco de girar ao redor de idéias mal esclarecidas e de estereótipos cristalizados, que se

reproduzem em artigos e livros. É evidente que a frequência aos arquivos não constitui por si só a solução para as dificuldades presentes na produção existente, já que a renovação da interpretação histórica exige também o debate sistemático no campo da historiografia e a enunciação e o aprofundamento de certas questões teóricometodológicas (NUNES e CARVALHO, 1993, p. 26).

A documentação produzida pelas instituições escolares pode desvendar segredos inimagináveis e trazer à tona verdades omitidas, servindo de insumo às pesquisas. O documento de arquivo traz fatos inéditos por ser produzido “por instituições ou indivíduos singulares, tendo em vista não uma utilização ulterior, e sim, na maioria das vezes, um objetivo imediato, espontâneo ou não, sem a consciência da historicidade, do caráter de ‘fonte’ que poderia vir a assumir mais tarde.” (ROUSSO, 1996, p. 87), e que é

[...] quase um truísmo lembrar que um vestígio do passado raramente é o resultado de uma operação consciente, capaz de se pensar enquanto vestígio e não enquanto ação inscrita no seu tempo, e portanto capaz de antecipar o olhar que lançarão sobre ele as gerações futuras, ainda que às vezes exista em alguns atores a vontade de deixar rastros de sua passagem (ROUSSO, 1996, p. 87).

Robert W Slenes (1985, p. 173) em relação ao valor do documento único de arquivo para pesquisa, afirma que

[...] toda vez que se abre um velho maço de inventários, de processos criminais, de processos cíveis diversos, espanejando a poeira que testemunha sua antigüidade e seu abandono pelos homens, sabe-se que haverá surpresas. Escolhe-se um processo; vir a se a folha em que está a lista de avaliação de escravos, ou outro documento mais ou menos padronizado – rico quando trabalhado junto com manuscritos do mesmo tipo, mas geralmente pobre em informações por si só; de repente, na folha seguinte, uma cabeça se lança pelo papel e grita: cuidado, tem gente aqui”. É assim, às vezes, que se sente o impacto do documento único – único por sua riqueza de informações – que revela o calor e a paixão de um episódio, e que contribui, tanto quanto uma fonte de valor quantitativo, para a reconstrução social.

De fato, o documento de arquivo se apresenta como uma fonte inédita. Nos arquivos das instituições escolares isso também acontece, pois o documento é um registro das relações que a escola estabelece com diferentes atores e que

[...] pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece

com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere) (VIDAL, 2005, p. 24).

O documento armazenado nos arquivos escolares possui um potencial de uso na pesquisa em história da educação e também em outras áreas do conhecimento. É mais que necessário que haja um olhar mais apurado sobre a organização dos arquivos escolares. Assim sendo, é preciso pensar política nacional de arquivo que tenha desdobramento nas políticas educacionais, na estrutura e organização da escola com o objetivo de preservar esse patrimônio documental.

Os documentos de arquivo do Curso Especial de E. F. e da Escola Superior de E. F. podem ser avaliados como de valor secundário. Têm valores probatórios e informativos porque são documentos oficiais que comprovam, constituem evidência, do início e do desenvolvimento das atividades do ensino da educação física no contexto do estado do Espírito Santo e do Brasil no período de 1931 a 1960, das três décadas que antecederam a criação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Ao aplicarmos a esse acervo os testes propostos por Schellenberg (2005, p. 200), constatamos aspectos de unicidade, forma e importância, pois contém informações não só sobre o ensino da E. F., mas também sobre pessoas, eventos, coisas e lugares, que não podem ser encontradas em outros documentos; é de interesse para a manutenção da história e conservação da memória da instituição, da educação, da política, e das pessoas relacionados ao processo de formação da cultura e da identidade regional e nacional.

Nesse conjunto de documentos encontra-se dados e informações sobre o começo e o desenrolar da história: do ensino da E. F. e do desporto no Espírito Santo e no Brasil; da política local e nacional; da vida e da atuação acadêmica, política e social, de alunos, professores, administradores e autoridades; de construção e mudanças de prédios escolares, e de espaços para o ensino e a prática da E. F. e do esporte; dentre outros assuntos como instituições de ensino, legislação, saúde, finanças, publicações.

Assim, verifica-se que os documentos de arquivo do Curso Especial de E. F. e da Escola Superior de E. F. podem atender pesquisas de caráter pessoal, coletivo, político-social, técnico-científico, institucional, biográfico etc. Eles são úteis ao usuário interno e externo – ao professor, ao aluno e ao administrador no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, e de gestão; ao cidadão-interessado que, conforme colocado por Bellotto (2014, p. 62), busca comprovar direitos e cumprimento de deveres relativos à vida pessoal, acadêmica, profissional ou política, direitos e deveres que podem ser os seus próprios ou os de outrem; ao

pesquisador e estudioso em geral, de diversas áreas do conhecimento como história, educação, ciências sociais, arquivologia, serviço social etc; e ao cidadão-comum que busca cultura, entretenimento e conhecimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arquivo, entendido como uma construção social representa um aporte importante para a compreensão do passado. Contribui para o reconhecimento da identidade e produção de conhecimento.

Seus usos referem-se às necessidades de seus usuários. Os documentos de valor secundário passam a responder as questões de pesquisa, e esses potenciais usos dependem exclusivamente do tratamento que é dado a documentação – pois, se a documentação não está organizada, higienizada e preservada, o seu uso é inexistente, ou bastante dificultoso. É preciso um bom gerenciamento desse material para a efetivação dos usos dos documentos.

Os arquivos das instituições de ensino representam uma fonte privilegiada para a compreensão, interpretação e descrição da história da educação, das instituições escolares, dos processos educativos, das ações das políticas educacionais, dos estudantes entre outras tantas possibilidades.

O documento armazenado nos arquivos das instituições escolares é patrimônio cultural portador de referência à identidade, assim sendo é preciso uma política nacional de arquivo que tenha desdobramento nas políticas educacionais, na estrutura e organização da escola com o objetivo de preservar os seus documentos. Reconhecer a importância desse material para a pesquisa configura-se um importante passo na busca da preservação e disseminação dos documentos importantes para a pesquisa e tantas outras finalidades.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BORGIO, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de história**. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

BOTTINO, Mariza. Arquivo Universitário: sonho ou realidade. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p. 23-35.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao.htm>.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: Marilda Lopes Ginez de Lara, Johanna Wilhermina Smit. (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010, p. 201-216.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: **cadernos ANPED**, n. 5, Porto Alegre: ANPED, setembro de 1993.
RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?** Educar em Revista, Curitiba, UFPR, n.18, p.13-28, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Yves; ARES, Florence; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 9, nº 17, 1996, pp. 85-91.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos. Princípios e Técnicas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SLENES, Robert W. “Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?” In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 5 n.º 10. Março/agosto de 1985. p. 166-196.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Disponível em: <<http://www.ufes.br/institui%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Arquivo do Centro de Educação Física e Desportos**. Livro de Atas do Conselho de Instrutores e Professores do Curso Especial de Educação Física. Vitória, 1932. Livro 1, folha 1.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Org.). **UFES, 60 anos**. Vitória: EDUFES, 2014.

VENÂNCIO, Renato. Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia. In: _____; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidade & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p. 37-57.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima, VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: autores Associados, 2005.